



A CRIAÇÃO DA BANDA QUE JÁ EXISTIA: DISPUTAS IDENTITÁRIAS EM TORNO DA BANDA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Felipe Rodrigues Bohrer¹

Esta comunicação tem por objetivo tecer alguns questionamentos sobre as relações raciais no período da pós-abolição através das atividades musicais. Para isto, iremos observar como a criação da Banda Municipal de Porto Alegre em 1925 esteve vinculada a um processo de disputa identitária que omitiu a contribuição e a presença da população afro-descendente. Uma instituição que foi criada e financiada pelo Poder Público, carregando inclusive o nome da cidade consigo, é uma amostra importante que permite observarmos como foi planejada a relação entre a população, suas atividades artísticas e sua identidade desejada. No primeiro momento, iremos verificar como as características do aludido conjunto estavam sintonizadas com formulações identitárias sobre o Rio Grande do Sul, bem como uma aludida tradição musical local. Em seguida iremos problematizar a sua criação e verificar como ela contribuiu para o processo de invisibilidade da população afro-descendente na vida social e cultural de Porto Alegre.

A criação de uma Banda digna de portar o nome da cidade:

Iniciamos nosso percurso apresentando a você, leitor, a Banda Municipal de Porto Alegre. Ela foi criada em 1925² e organizada no ano seguinte por iniciativa do Intendente Municipal Otávio Rocha, que incumbiu o professor José Corsi, integrante do Centro Musical Porto Alegrense, de organizar um conjunto musical a semelhança dos moldes europeus. Para realizar este intento, o professor José Corsi partiu para Buenos Aires e, depois, para Reggio Calábria na Itália com o “fio de aliciar número suficiente de instrumentista que, somados aos elementos locais e provenientes de

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: feliperbohrer@yahoo.com.br

² Conforme apontamentos de: CORTE REAL, Antonio. *Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul*. 2 ed. ver. Porto Alegre, Movimentos, 1984. As informações presentes no site oficial da Prefeitura de Porto Alegre (http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=116 acessado em 26.06.2012) são as mesmas prestadas pelo autor acima citado.



outra origem, integrassem a banda de música que se pretendia estabelecer”.³ De Buenos Aires foram trazidos 18 instrumentistas, em sua maioria de origem italiana, que chegaram a Porto Alegre em novembro de 1925, e da Itália foram trazidos ainda um maior número de instrumentistas da Banda Municipal de Reggio Calábria e de outras regiões italianas para residir e exercer a música em Porto Alegre. Curiosamente, mesmo tendo diversos integrantes escolhidos de forma seleta na Argentina e na Itália, a Banda Municipal foi formada mediante um ‘democrático’ concurso público com editais publicados em diversos veículos da imprensa⁴. Seu primeiro regente foi o maestro José Leonardi, formado no Conservatório de Palermo e que, no momento de sua contratação para dirigir a Banda Municipal de Porto Alegre, era solista da Banda Municipal de Buenos Aires⁵. Para o músico e pesquisador Antonio Corte Real, tal iniciativa correspondia ao interesse de criar uma Banda Municipal de alto nível que proporcionasse condições para suprir as necessidades de ordem artística da comunidade porto-alegrense⁶.

A Banda Municipal de Porto Alegre estava prevista para realizar dois concertos públicos semanais, além de participar de atos oficiais governamentais e datas festivas nacionais e estaduais. Este conjunto, que no seu primeiro ano de atuação se apresentava no coreto situado na Praça Senador Florêncio, recebeu um novo espaço de exibição em 1927, quando foi construído o Auditório Araújo Vianna localizado em zona nobre ao lado da sede do governo estadual e do tradicional Theatro São Pedro. Ou seja, logo após sua criação a Banda Municipal recebeu um espaço que honrasse o alto investimento que lhe foi depositado, ornado com jardins e uma moderna e abundante iluminação. Seus concertos passaram a ser transmitidos para todo o interior do Estado pela Sociedade Rádio Gaúcha alcançando algumas importantes e distantes cidades, como Montevideu e São Paulo. Em maio de 1928, foi inaugurada a Escola de Música Octávio Rocha, homenageando a memória do ex-intendente municipal que havia falecido naquele mesmo ano, vinculada à Banda Municipal. Seus professores eram os músicos da banda e neste ano já contava com 61 alunos matriculados. Conforme o relatório do intendente municipal de 1928:

³ CORTE REAL, op. cit., p.50 e 51.

⁴ Jornal *O Exemplo*, 08.11.1925 – p.2.

⁵ A Banda continuou na ativa sob a regência do italiano Leonardi até o início da década de 1950, quando este se aposentou por ter atingido o limite de idade previsto em lei e os seus integrantes passaram a fazer parte da recém criada Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. A Banda Municipal retornou suas atividades em 1976 atuando até o hoje se apresentando em ocasiões oficiais e recreativas. Naturalmente a reorganização desta banda musical na década de 1970 corresponde a contingências e interesses completamente distintos dos que fomentaram sua criação na década 1920.

⁶ CORTE REAL. Op.cit, p.49.



“A Escola de Musica tem por fim formar professores de instrumentos de sopro e percussão, introduzindo em nosso meio os metodos mais aperfeiçoados das escolas clássicas, afim de formar um núcleo de bons instrumentistas nacionaes, e diffundir uma verdadeira cultura musical, accessível gratuitamente á mocidade, estimulando-lhe o gosto para as instituições de conjunctos bandísticos.”⁷

A pretensão de difundir ‘uma verdadeira cultura musical’ com a criação da Banda Municipal foi ressaltada por Corte Real, compreendendo que esta instituição representou grandes contribuições à tradição musical de Porto Alegre ao permitir superar uma série de carências de determinados instrumentos de sopro, que, na sua visão, impedia a plena expansão do meio musical sul-rio-grandense. Aliado a este fator, o autor considera que o ensino musical também foi beneficiado com a transmissão dos conhecimentos técnicos-instrumentais e pedagógicos dos músicos italianos que foram aliciados para a nova banda⁸, como verificamos através da Escola de Musica Octavio Rocha.

Entre a identidade regional e a tradição musical:

Antes de continuarmos nosso percurso, convidamos o leitor para realizar uma breve reflexão sobre determinadas características localizadas na Banda Municipal de Porto Alegre. A presença de uma banda de música formada em grande parte por músicos italianos executando um repertório erudito não está muito distante da imagem que é tributada à identidade regional. Embora estas formulações construídas por intelectuais no passado tenham sido contestada por grande volume de pesquisas que demarcam a presença e as contribuições de variadas etnias, elas ainda permanecem bem assentadas no senso comum. Afinal, quem nunca ouviu uma série de considerações de que o Rio Grande do Sul seria o ‘estado europeu’ do Brasil devido a sua elevada imigração de alemães e italianos? Ou ainda que esta mesma região apresentou, ou ainda apresenta, uma diminuta presença e participação da população afro-descendente? Aliado a estas considerações destacamos também a noção da pouca incidência da música popular no sul do Brasil, notadamente o samba, que dialogariam com as caracterizações de outros estados brasileiros, principalmente o Rio de Janeiro. Para um leitor desinformado tais asserções sobre a formação étnica local poderiam fazer sentido e corresponder às motivações da configuração da Banda Municipal de 1925.

Já é bastante conhecida no meio acadêmico a construção desta identidade regional que privilegia especificamente a contribuição de grupos étnicos de origem européia no Rio Grande do

⁷ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo vice-Intendente em exercício Alberto Bins em 15 de Outubro de 1928. *Jornal A Federação*, 15 de outubro de 1918. Edição 237, p.47.

⁸ CORTE REAL, Op. cit., p. 54.



Sul. Desde o século XIX se produziu uma vasta literatura local que relega à escravidão e aos africanos um papel de menor importância na constituição da população e de seu desenvolvimento social.⁹ Muitos destes autores se valeram de pressupostos científicos em voga desde a metade do século XIX e princípios do século XX, dentre o qual destacamos o racismo científico, que, pautados por uma concepção de raça calcada na biologia, naturalizavam a hierarquização entre os seres humanos e suas diferenças sociais, destituíram a ação dos grupos ditos ‘inferiores’ para demarcar a presença dos ditos ‘superiores’¹⁰.

De todo modo, a permanência de interpretações sobre a formação e caracterização do Rio Grande do Sul baseadas nos pressupostos do racismo ‘científico’ estão longe de serem especificidades da virada do século XIX para o XX. Tendo em vista que estamos problematizando as características da Banda Municipal de Porto Alegre (1925) o livro publicado em 1927 por Jorge Salis Goulart¹¹, portanto logo após a criação da Banda, chama a atenção por suas formulações calcadas no racismo científico. Dialogando com a teoria do branqueamento, o autor destaca que o grande contingente de raça branca (‘na sua maioria ariana’) fundida com um menor coeficiente de sangue indígena e, em menor escala ainda, africano, constitui o principal elemento que distingue a composição étnica da população gaúcha frente às demais brasileiras. Este fato propiciou uma visão extremamente otimista do desenvolvimento da civilização local ao acreditar na progressiva diminuição da população afro-descendente, vista como entrave a tal progresso, através da apuração ‘no cadinho misterioso das seleções étnicas’ das qualidades inatas das raças ditas superiores. Conforme o autor:

“O Rio Grande do Sul está num clima ideal para o desenvolvimento da civilização. Tudo contribuirá para que o aceleração dessa progressão seja cada vez maior. Possuindo uma das grandes populações mais brancas do Brasil, dotado de condições meteorológicas excelentes, todos os fatores convergem para o engrandecimento do nosso futuro. Com o aumento da população, com o desenvolvimento do progresso, esse mesmo desenvolvimento acelera ainda mais a civilização que só encontra estímulos favoráveis num clima revigorante e numa raça superior.”¹²

⁹ Sobre esta produção historiográfica ao longo do século XIX e início do XX, ver: XAVIER, Regina Célia Lima. Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul. *História Unisinos*, v. 10, 2006.

¹⁰ Sobre a apropriação das teorias raciais no Brasil, ver: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996; SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 47, n.1, 2004; PETRUCCELLI, José Luis. As doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930) Arthur de Gobineau e Louis Couty no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 7, dez. 1996.

¹¹ GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria do Globo, 1927.

¹² Goulart, Op. Cit., p.194.



A elaboração da imagem do Rio Grande do Sul como estas, pautada exclusivamente na presença e na contribuição dos imigrantes europeus em detrimento da participação de outros grupos étnicos, se insere no contexto acima mencionado e marca presença até os dias atuais. Os preceitos elencados por estas escolas e intelectuais implicaram em uma série de parâmetros que norteiam o senso comum na atualidade sobre o povo brasileiro, e mais especificamente sobre o gaúcho.

De todo modo, queremos destacar que o mesmo cenário desenhado para a formação social do Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do XX caberia ao campo intelectual e artístico. Quase meio século depois da publicação do livro de Jorge Salis Goulart, o músico e pesquisador Antonio Corte Real, o mesmo que narrou a criação da Banda Municipal (1925), publica um dos principais livros sobre a história da música no Rio Grande do Sul (analisando principalmente a vida cultural de Porto Alegre) e chega a resultados muito semelhantes.

Ao escrever o prefácio da primeira edição de seu clássico livro *Subsídios para a História da Música no Rio Grande do Sul* (1975) Corte Real enfatiza que a colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul trouxe especificidades à tradição musical local que, por sua vez, não se conciliou completamente com o interesse nacional. Para justificar esta especificidade o autor destaca dois pontos: o primeiro refere-se ao ‘benéfico efeito’ que, por meio dos imigrantes, proporcionou o contato com a música erudita de seus respectivos países - fato que, por um lado, os animaram a pretender perpetuar o sentimento patriótico de seus ascendentes e, por outro, retardaram a assimilação de seus descendentes em terras gaúchas; já o segundo ponto refere-se ao ‘alheamento’ pelo que diz respeito às tradições autóctones, que “ao tentar desabrochar, eram sufocadas pelas condições de refinamento da arte musical de seus avoengos, produto de tradições milenares”¹³. Esta configuração permitiu, na sua interpretação, afirmar que não desenvolveu no Rio Grande do Sul uma música propriamente dita brasileira, mas sim uma particularmente gaúcha, ou, dito veladamente por meio de seu raciocínio, uma música ‘gaúcha-européia’.

Pois veja, leitor, as considerações tecidas por Jorge Salis Goulart em 1927 sobre a formação histórica e populacional do Rio Grande do Sul é praticamente a mesma argumentada por Antonio Corte Real em 1975 a respeito da tradição musical local, mesmo que tenha decorrido quase meio século de discussões teóricas e práticas sociais entre estas publicações. Para Salis Goulart, que está operando com os pressupostos do racismo científico, é nítido e anunciado uma hierarquia racial,

¹³ CORTE REAL, Op. Cit., p.14.



falando inclusive em ‘raças superiores’. Por sua vez, embora tenha filtrado o conteúdo nitidamente racista, a relação, a forma de pensar e os resultados seguem os mesmos direcionamentos na obra de Corte Real. Este último, além de realizar uma diferenciação a partir da origem étnica, demarca ainda uma relação de classe, uma vez que exclui a contribuição dos próprios imigrantes europeus com suas músicas populares na área cultural ao privilegiar somente a presença da música identificada com os grupos dominantes, no caso a música erudita. Enfim, ambos os autores destacam particularidades do Rio Grande do Sul frente ao Brasil elegendo a participação e o protagonismo de determinados grupos étnicos de origem européia em detrimento das populações de origem africana e indígena que, para os autores, pouco contribuíram para a formação local.

Não há dúvidas de que a pressuposta ausência de africanos e seus descendentes em Porto Alegre, e no Rio Grande do Sul em geral, é muito mais tributária das orientações ideológicas dos intelectuais do que era manifestado de fato nas práticas cotidianas¹⁴. Afinal, esta idéia de invisibilidade da presença negra é contestada pelos próprios setores que a afirmavam através das constantes campanhas de estigmatização dos costumes e locais de moradia da população pobre, que reverberaram com grande frequência nos jornais de Porto Alegre na virada do século XX e ficou registrada nos registros de seus memorialistas e cronistas. Neste aspecto, as mesmas teorias científicas que fundamentavam a noção de desigualdade biológica das raças, contribuíam para corroborar as visões depreciativas sobre a população ‘nacional’ e suas formas de vida através do higienismo e da antropologia criminal. Só que neste momento visando problematizar sua presença ao invés de indicar sua ‘inexpressiva’ participação na formação do Rio Grande do Sul¹⁵.

Nas últimas décadas diversos estudos tem se empenhado em pesquisar a presença dos africanos e seus descendentes no Rio Grande do Sul demonstrando sua importância para a formação

¹⁴ Sobre a invisibilidade do negro ver: OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In.: LEITE, Ilka Boaventura (Org.) *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Letras Contemporâneas, Florianópolis, 1996; BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In.: PORTO ALEGRE. *Museu de percurso do negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira, 2010.

¹⁵ Ver KERSTING, Eduardo. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a colônia africana*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1998; MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUSC/ANPUH-RS, 2004; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da Cidade. In.: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. UE/Porto Alegre, 1995; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, 1999.



e construção local, bem como descortinando a complexidade das relações sociais¹⁶. A participação da população negra em diversas atividades econômicas, sociais e culturais demarcou sua presença e participação ao longo do crescimento de Porto Alegre, contrariando a imagem formulada pela intelectualidade e veículos da imprensa. Nesta trajetória, ganharam impulso trabalhos focados na atuação do sujeito, atentos nas trajetórias individuais, nas relações sociais da vida cotidiana, nas atividades culturais, sociais e políticas da população negra e na formação de identidades étnicas¹⁷. Para isto, os problemas de pesquisas foram reformulados e outros pressupostos teóricos agregados, assim como novas fontes foram exploradas. Os resultados destas pesquisas nos fornecem uma imagem um tanto diferente da participação e contribuição da população afro-descendente na cidade de Porto Alegre.

À exemplo de outras cidades que contava em sua população com egressos da escravidão e seus descendentes, Porto Alegre vivenciou o surgimento de um número considerável de associações civis negras. Sejam elas sociedades recreativas, dançantes, musicais, literárias, dramáticas, blocos carnavalescos ou entidades instrutivas, cívicas religiosas, beneficentes, classistas, mutualistas, ou ainda escolas, asilos, orfanatos e cursos profissionalizantes, elas demarcaram sua presença na cidade e congregaram uma grande quantidade da população afro-descente. Observando suas atividades culturais e sua intensa vida social, principalmente através das suas diversas formas organizativa, sejam elas em irmandades, associações e clubes com os mais variados objetivos, fica clara sua presença e participação amparada em intensa circularidade por diferentes espaços de atuação desde os tempos do trabalho escravo. De todo modo, não é nosso interesse discutir este

¹⁶ Sobre a produção historiográfica na região sul, ver: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

¹⁷ Ver MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (PPGHIS/PUCRS), 2000; OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1995. GERMANO, Iris. Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1999; BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In.: PORTO ALEGRE. Museu de percurso do negro em Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira, 2010. SANTOS, Irene (org.). Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre : [s.n.], 2005. 181 p. SANTOS, Irene (org.). Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.n.], 2010. ROSA, Marcus. V. F. Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 2008; MULLER, Liane Susan. *“As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/PUCRS), 1999.



amplo conjunto de trabalhos que versam sobre a presença negra em Porto Alegre.¹⁸ Queremos apenas pontuar a distância que há entre as formulações que omitem esta participação e as práticas sociais protagonizadas pelos afro-descendentes, visto que o interesse desta comunicação reside em demonstrar como este processo de invisibilidade foi efetivado com a criação da Banda Municipal de Porto Alegre.

O percurso realizado até o momento procurou mostrar que a criação da Banda Municipal em 1925 visava fundamentar uma determinada identidade local a partir de suas características internas: um conjunto formado em sua maioria por europeus (no caso, italianos) executando um repertório de músicas eruditas. Ou seja, eram dignos de portar o nome da cidade, recebendo todo o apoio do poder público que se encarregou de sua criação. Ao mesmo tempo procuramos demonstrar como esta identidade regional, que ainda marca presença no senso comum, foi construída por intelectuais amparados em teorias nitidamente racistas, sendo inclusive reafirmada no momento de criação da aludida banda. Por outro lado, mostramos os reflexos destes pressupostos na tradição musical local através de um trabalho de referência sobre o tema.

A 'criação' de uma Banda já existente:

Embora a Banda Municipal de Porto Alegre tenha apresentado um início promissor e ativo na cidade, podemos perceber que com o decorrer dos anos a mesma parece perder importância para o próprio poder público. Ora leitor, o sonho dourado de ter a Banda Municipal de Porto Alegre, concebida para suprir as necessidades artísticas de uma cidade em franco crescimento, quase se extinguiu poucos anos depois com a morte de Otávio Rocha em 1928, o grande responsável por sua criação. Em 1931, transcorrido os cinco anos firmados no contrato que constituiu esta banda, o novo governante municipal, o Intendente Alberto Bins, considerou muito dispendioso sua manutenção cogitando sua extinção. E de fato a Banda Municipal custava muito aos cofres públicos, pelo menos se compararmos com outros investimentos de fundamental importância realizados pela municipalidade. De acordo com o relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo então vice-intendente Alberto Bins em 1928, dentre a distribuição da despesa ordinária, foi orçado para a Banda Municipal 350:000\$000, sendo dispendido a quantia de 233:043\$280. Para a

¹⁸ Para balanço bibliográfico desta produção, ver: DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadno: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, v. 30, 2009.



instrução, por exemplo, foi orçado 225:026\$450, sendo dispendido a quantia de 110:121\$280. Se tomarmos como parâmetro a distribuição definitiva dos recursos, para os ‘divertimentos’ foram destinados 400:000\$000, a mesma quantia prevista para a conservação de ruas e estradas e um tanto superior ao destinado à ‘caridade’ (160:000\$000).¹⁹

Apesar de seus altos custos, Banda Municipal de Porto Alegre não encerrou suas atividades poucos anos após ser criada mediante a interferência de José Antonio Flores da Cunha que, no momento, ocupava o cargo de Governador do Estado²⁰. A solução acordada foi pela manutenção da Banda Municipal, porém com redução de seus custos e, conseqüentemente, a diminuição do número de integrantes. O próprio Corte Real destaca que, após o vencimento de seu primeiro contrato em 1931, a Banda passou a existir em condições precárias, o que induziu à deserção de alguns músicos, e apresentou uma progressiva diminuição no número de componentes até o momento de sua fusão com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre em 1953.²¹

Embora a Banda Municipal de Porto Alegre tenha apresentado um longo período de atuação (quase trinta anos) e que tenha participado ativamente na vida cultural de Porto Alegre, principalmente nos seus primeiros anos de atividade, fica claro que a mesma tem importância fundamental no momento de sua criação, tendo em vista todo investimento dispensado e o descaso com sua manutenção ao longo do tempo. Ou seja, a epopéia narrada por Corte Real sobre a criação da banda, com enviados especiais percorrendo países e continentes em busca das pessoas ideais para suprir as necessidades artísticas de Porto Alegre e difundir a verdadeira cultura musical, contrasta com sua triste condições precárias de continuidade. Talvez a tal condição precária destacada por Corte Real não tenha sido tão ruim assim. É mais plausível supor que a Banda Municipal apenas não contou ao longo de sua existência com o mesmo investimento que lhe foi dedicado no momento de sua criação por este ser descabido.

Fica claro, portanto, que o desejo de contar com uma banda musical à semelhança dos moldes europeus, com seu repertório erudito, era maior que seus altos custos de manutenção e justificava todo o esforço empregado para sua criação, muito embora não houvesse nenhuma

¹⁹ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo vice-Intendente em exercício Alberto Bins em 15 de Outubro de 1928. *A Federação*, 15 de outubro d 1928. Edição 237 – p.16, 17

²⁰ CORTE REAL, Op. cit., p.55

²¹ A Banda Municipal contou com 60 componentes do momento de sua criação até 1931, quando venceu o primeiro contrato firmado e a mesma quase foi extinta. Não sabemos quantos instrumentistas atuaram após este episódio, mas em 1949, quando a banda mesma foi reestruturada, estava previsto uma formação com 30 componentes, fora o maestro e o contramestre, onde 23 assentos já estavam ocupados com 7 em aberto. No momento de encerramento de suas atividades, em 1953, a banda contava com apenas 15 integrantes. CORTE REAL, Op.Cit., p. 55-62.



obrigação em adotar tal característica para a Banda Municipal. Em suma, suspeitamos que a grande contribuição da Banda Municipal de Porto Alegre seja justamente o ato de sua criação e os significados que suas características internas (composta por estrangeiros e destinada a divulgar a música erudita) adquiriram em seu determinado contexto.

Diante deste cenário algumas perguntas se impõem: porque, afinal, o Poder Público dedicou grande investimento na criação da Banda Municipal com estas características tendo em vista a situação financeira que a cidade vivenciava? Era de fato necessário ‘aliciar’ da Argentina e da Itália um maestro e uma série de músicos que, em sua maioria, já estavam empregados em outras bandas municipais? Um ponto fica claro: o desejo que contar com uma banda de música que suprisse as necessidades de ordem artística musical da comunidade porto alegreense, como justificou Corte Real, falou mais alto do que as condições materiais para sua manutenção de forma qualificada.

Embora a criação da Banda Municipal da forma que apresentamos anteriormente tenha sido narrada por Antonio Corte Real, este mesmo autor nos fornece alguns indícios curiosos que permite questionar sua própria origem. Ao mencionar os trâmites legais de sua criação, o autor destaca a lei de 1925 que autorizou o “Intendente de Porto Alegre a *reorganizar* a Banda Municipal [*grifos nosso*]” e o decreto de 1926 onde consta que a mesma é “definitivamente organizada”, passando a reger-se administrativamente pelo regulamento que acompanhava o dito decreto.²²

Pois veja, leitor, o questionamento é o mais lógico possível: se a Banda Municipal de Porto Alegre foi criada em 1925, porque esta precisou ser reorganizada, ou definitivamente organizada, com um regulamento interno? A resposta é simples: já existia uma Banda Municipal em Porto Alegre e parece que sua atuação não estava agradando o poder público, visto que este estabeleceu um regimento interno especificando suas atribuições e forma de funcionamento. Provavelmente suas características anteriores não condiziam com o nível artístico desejado pelo Intendente Otávio Rocha, e reafirmado por Antonio Corte Real, tornando-se necessária a sua reorganização ou, se preferirem, sua organização definitiva.

Neste momento, vamos apresentar a ‘outra’ Banda Municipal atuante em Porto Alegre alguns anos antes. Ao realizar o recenseamento de Porto Alegre publicado em 1912²³, o escriturário Olympio de Azevedo Lima aborda as instituições públicas de ensino presente na capital, dentre as

²² De acordo com Corte Real, a Banda Municipal foi criada pela Lei n. 35, de 19 de maio de 1925, e organizada pelo Decreto n. 65, de 24 de agosto de 1926. Op. Cit., p.49 e 54.

²³ LIMA, Olimpio de Azevedo. *Dados estatísticos do município de Porto Alegre organizados em 1912*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912.



quais destacamos o Colégio Hilário Ribeiro. Fundada pela municipalidade na sugestiva data de 13 de maio de 1911, destinada “aos filhos de operários e meninos pobres residentes no município”, esta escola, com 128 alunos matriculados, oferecia aulas noturnas e contava com “uma bem organizada banda de musica composta de 32 figuras”.²⁴ Se no recenseamento de 1912 apenas temos a indicação de uma banda de música vinculada a este colégio fundado e mantido pela municipalidade, para o recenseamento seguinte, publicado em 1917²⁵, a situação se altera. O escriturário Azevedo Lima destaca a iniciativa do município em manter duas escolas noturnas - a Hilário Ribeiro e a Bibiano de Almeida. O fato de a municipalidade subvencionar estas escolas destinadas à população pobre enchia de orgulho o emotivo recenseador, como é possível perceber no trecho a seguir:

“É inegável que foi um acto de verdadeira benemerência da administração municipal a criação dessas duas escolas. Funcionaram durante o anno findo, respectivamente, com a frequência de 160 e 65 alumnos, filhos de pessoas pobres que procuraram na instrucção que a alma bemfazeja da administração municipal lhes facultou, os meios para se tornarem homens dignos da sociedade. A escola Hilário Ribeiro mantem uma aula de gymnastica, e outra de musica com cujos alumnos formou-se a excellente **banda denominada Municipal**, tão elogiada sempre que se faz ouvir por occasião de memoráveis datas. Ambas as escolas possuem dois ‘grounds de foot-ball’ para exercício e diversão das crianças. Bem haja quem se interessa pela infância desvalida, fornecendo-lhes a instrucção para futuramente se tornarem dignos da Pátria e da Família.”²⁶ [grifos nossos]

Ora, os Recenseamentos publicados durante a década de 1910, fora trazerem dados estatísticos de Porto Alegre, serviam também para divulgar a cidade apresentando características de sua geografia, população, construções prediais, atividades artísticas, entre outros fatores que pudessem a representar como uma cidade moderna. Neste intento, a Banda Municipal vinculada ao Colégio Hilário Ribeiro marcou presença valorizando principalmente a preocupação do Poder Público com os grupos sociais desprivilegiados, ou nas palavras do recenseador Azevedo, a preocupação da alma benfazeja da municipalidade com a infância desvalida. Partindo destes dados temos uma importante indicação de que a Banda Municipal havia sido, portanto, (re)criada com toda pompa e alto investimento pela municipalidade em 1925 sem que sua origem pobre e, talvez em parte, afrodescendente fosse valorizada.

Neste momento cabe realizar uma breve comparação entre as duas bandas com os diminutos indícios que temos até então. Em comum temos apenas o incentivo do poder publico, envolvido

²⁴ LIMA, Op. Cit., p.74.

²⁵ LIMA, Olimpio de Azevedo. *Resultado do recenseamento da população e outros apontamentos do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1917.

²⁶ LIMA, Op. Cit., p. 111.



com suas criações e manutenções (ou não). Por outro lado, elas apresentam características totalmente diferentes: enquanto a ‘banda oficial’ (aquela fundada em 1925) era composta em sua maioria por estrangeiros (principalmente italianos) e estava destinada a executar e difundir a música erudita em Porto Alegre; já a banda fundada em 1911 era composta por filhos de operários, possivelmente afro-descendentes, mestiços e imigrantes pobres, vinculados ao Colégio Hilário Ribeiro, podendo ser um local de referência da população negra de Porto Alegre, visto que esta instituição, dentre tantos dias que tem um ano, foi inaugurada justamente na data de abolição da escravatura.

Talvez tenhamos com estas considerações algumas razões que ajudam a entender a (re)criação da Banda Municipal em 1925 e a desvalorização da banda antecessora. A presença de um conjunto musical constituídos por setores populares não correspondia à representação do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre que valorizasse a contribuição de determinadas etnias em detrimento de outras, conforme demonstramos anteriormente. Em outras palavras, uma Banda Municipal vinculada a um colégio fundado na sugestiva data da abolição da escravatura (13 de maio) e composta por jovens pobres se distanciava bastante de uma banda formada em grande parte por estrangeiros tocando música erudita.

Embora as características destes conjuntos musicais sejam antagônicas, não sabemos ainda a composição étnica dos integrantes da antiga banda para podermos afirmar com segurança que esta era um local de referência da população afro-descendente. Da mesma forma, também não sabemos que repertório era executado para avaliarmos se a mesma tinha uma orientação mais popular, visto que sua antecessora tinha bem definido o objetivo de divulgar a música erudita. Diante deste cenário ambíguo é necessário observar um pouco a atuação desta antiga Banda Municipal para avaliar se esta antiga banda tem relação com sua peculiar forma de recriação em 1925.

O primeiro ponto que merece destaque é justamente a dificuldade de localizar referências à banda de 1911, definida enquanto municipal na imprensa de grande circulação, visto que figura na maior parte das vezes como Banda do Colégio Hilário Ribeiro. Embora sua presença em um importante documento (recenseamentos) seja significativa, esta dificuldade sugere um possível desconforto com as atividades que a mesma desenvolvia e a sua vinculação à municipalidade. Entretanto, este quadro se inverte quando localizamos com facilidade sua presença no jornal representante da comunidade afro-descendente de Porto Alegre denominado *O Exemplo*, acentuando a nossa especulação. Ainda que tenhamos localizado poucas referências sobre a Banda



Municipal criada em 1911, fica claro que a mesma, junto de com seu antigo maestro Honorato Rosa, estabelecia uma relação de proximidade com espaços de referência da população afro-descendente, tanto com destacadas entidades civis e indivíduos, como nos festejos populares.

Para ilustrarmos esta relação mencionamos a participação da Banda Municipal em um festival de variedades organizado em 1920 pela Sociedade Floresta Aurora, principal clube social negro de Porto Alegre. Realizado em comemoração à data de promulgação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro), foram apresentadas as peças teatrais ‘O Pae da Escrava’ e ‘Oraculo’ do dramaturgo negro Arthur Rocha ao lado de outras atividades. Entre os intervalos das atrações se fez ouvir “a banda municipal, sob a regência do nosso amigo Honorato Rosa, que gentilmente associou-se ao festival”.²⁷ Ora, leitor, não é preciso se esforçar muito para perceber que um evento organizado por uma entidade civil negra para comemorar uma data relacionada à emancipação escrava em um estado que quer propagar sua identidade européia, carrega um forte significado político.

Esta antiga Banda Municipal também participou de atividades ao lado de outras organizações negras. Em 1918, por exemplo, compareceu às cerimônias fúnebres de um musicista negro que tocava na Banda da Brigada Militar, o tenente André Avelino Rodrigues, ao lado dos representantes da S. Floresta Aurora, dos redatores do jornal O Exemplo, dos integrantes da Sociedade Musical Lyra Oriental (formado por negros), assim como a própria Banda da Brigada Militar na qual o finado fazia parte²⁸. Outra atividade, que evidencia o contato que estamos querendo demonstrar, ocorreu quando a banda em questão participou da festividade de consagração a Nossa Senhora do Rosário em 1919 ao lado das bandas música do Instituto Technico Profissional, do 10º Regimento de Infantaria, da Brigada Militar e, novamente, da Lyra Oriental²⁹.

Por sua vez, o maestro Honorato Rosa, que conduziu e regeu a Banda Municipal nas atividades mencionadas, de longa data estabelecia relações de proximidade com os redatores do jornal negro de Porto Alegre (seus amigos) e com a destacada Sociedade Floresta Aurora. Tanto é que ele havia composto em 1904 um dobrado em sua homenagem que levava o nome denominado *Floresta Aurora*, que, por sua vez, foi ensaiado e apresentado pela Banda Musical do Arsenal de

²⁷ O Exemplo, 03.10.1920 – p.3.

²⁸ O Exemplo, 22.12.1918 – p.2.

²⁹ O Exemplo, 12.10.1919 – p.2.



Guerra.³⁰ Este mesmo maestro participava também de outras associações ao lado de alguns redatores do jornal O Exemplo, como o Clube Democracia e Progresso³¹, e regia também o Cordão Carnavalesco União da Empresa que também estabelecia uma relação próxima com o Exemplo:

C.C. União da Empresa - Foi uma pena, devéras! O luzido e valoroso C. C. União da Empresa veio, de surpresa, cumprimentar a nossa folha, na noite da última quarta-feira e... estava apenas o nosso director! Depois de serem executadas as bellas marchas “Isaura” e “Maria” o seu ensaiador, o competente maestro Honorato Rosa, saudou “O Exemplo”, havendo agradecido, em duas palavras, o nosso director, que disse sentir bastante não estarem presentes, no momento, os demais companheiros da redacção para que apreciassem o popular cordão e terminou erguendo um “hurrah!” aos alegres foliões. Em seguida retirou-se o “União da Empresa”, ao som da sua Marcha Oficial. Varias “visagens” fizeram “Bota não bota” e o Remeixosinho, hábil saltador.³²

Mesmo que não tenhamos localizado menção à cor do maestro Honorato Rosa e dos integrantes da Banda Municipal fica claro sua ligação com a comunidade afro-descendente através das relações de proximidade estabelecidas com suas instituições e locais de referência evidenciando que sua data de criação, vinculado ao Colégio Hilário Ribeiro (13 de maio), não era apenas coincidência. Neste mesmo direcionamento, podemos pontuar que a antiga Banda Municipal tinha uma orientação musical no mínimo mais eclética do que foi verificado após sua reorganização em 1925. Afinal, enquanto a banda de Otávio Rocha regida pelo maestro italiano José Leonardi dedicava-se à divulgação da música erudita, a banda do colégio Hilário Ribeiro era regida por um maestro que ensaiava um ‘popular cordão’ carnavalesco.

O que a Banda Municipal de 1911 tem nos mostrado até então? Suas características mostram um quadro totalmente diferente do que foi planejado em sua (re)criação em 1925. Se a banda criada pela Intendente Otávio Rocha estava afinada com as formulações identitárias do Rio Grande do Sul desenvolvida pela intelectualidade ao ser formada por músicos europeus executando um repertório erudito, a antiga Banda Municipal era composta por grupos populares e apresentava um intenso contato com a comunidade afro-descendente de Porto Alegre, principalmente através de suas instituições. Embora não tenhamos conhecimento do repertório executado por esta antiga banda, podemos destacar que era no mínimo mais diversificado e que dialogava com formas musicais compreendidas como populares. Ou seja, um tanto diferente do que observamos na Banda Municipal de 1925.

³⁰ O Exemplo, 24.07.1904 – p.2.

³¹ O Exemplo, 07.05.1922 – p.3.

³² O Exemplo, 26.02.1922 – p.2.



Em suma, a atuação da antiga Banda Municipal nos permite sugerir que a mesma era um espaço de referência da população afro-descendente neste início do século XX que, provavelmente, ajuda a compreender a razão de tanto investimento no ato de sua peculiar (re)criação, bem como seus objetivos e características internas (no caso, difundir a música erudita e ser formada em sua maioria por estrangeiros). Ou seja, fica claro que a municipalidade arquitetou uma nova identidade para a banda de música que portava o nome da cidade não valorizando o seu passado e, conseqüentemente, sua relação com os grupos populares e a população afro-descendente, operando assim uma inversão nas características da Banda Municipal.

Ora, leitor, se a banda municipal de 1925 reforçava o ideal identitário do Rio Grande do Sul ao destacar especificamente a presença e contribuição cultural de imigrantes europeus e seus descendentes, um breve acompanhamento das atividades relacionadas à banda municipal de 1911 nos mostrou outra cidade com uma ampla rede de articulação da comunidade afro-descendente e bem como um quadro heterogêneo da cena musical. Variadas formas de organizações negras, como clubes, bandas musicais e um jornal voltado para a comunidade afro-descendente, ao lado de festas religiosas, carnaval e diversas outras musicais vinculadas a instituições de ensino e poderes militares não seriam possível de perceber com a caracterização da Banda Municipal de 1925.

Neste direcionamento, a leitura do jornal negro *O Exemplo*³³ fornece diversas informações sobre a vida social, indicando atividades sociais e culturais realizadas, bem como o debate sobre as estratégias de mobilidade social e o combate ao preconceito e à discriminação racial. Destaca a historiadora Liane Muller que este jornal, além de ser um órgão de protesto e denúncia, trabalhava na articulação das redes de sociabilidade divulgando e comentando os trabalhos e festas desenvolvidos nas associações da comunidade afro-descendente, além de fazer circular informações construindo referências positivas. Para Maria Angélica Zubaran, que analisou as comemorações da liberdade negra através do jornal *O Exemplo*, a imprensa negra significou para os afro-descendentes uma tentativa de confrontarem sua relativa invisibilidade ou ausência social, política e cultural na esfera pública brasileira e representou espaços alternativos de produção de significados e de representações sobre as identidades negras.³⁴ Nesse sentido, compreende-se que os preceitos

³³ O jornal 'O Exemplo' foi fundado por negros em 1892 tendo sua duração até meados da década de 1930. Não foi o único jornal negro fundado em Porto Alegre, mas constitui-se no principal e mais duradouro meio de comunicação da comunidade negra no referido período.

³⁴ ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*, v. 15, 2008.



enunciados pelo jornal *O Exemplo* dialogam diretamente tanto a suposta invisibilidade e com as imagens estigmatizadas sobre a população negra desenvolvidas neste período, gerando uma visão particular sobre sua forma de inserção social e sobre a abordagem de assuntos voltados para a sua revalorização identitária. Dessa forma, a imprensa negra corresponde a uma importante fresta sobre as relações sociais no período da pós-abolição.

Um peculiar caso de ‘Jacobinismo Musical’:

Esta breve trajetória da Banda Municipal de Porto Alegre permitiu visualizar uma mesma cidade com características totalmente diferentes. A peculiar forma de sua (re)criação em 1925, com investimento descabido que não condizia com as capacidades financeiras da capital do Rio Grande do Sul, evidencia que as representações sobre a identidade local estavam em disputa. Diante deste cenário, não nos surpreenderíamos se novamente este conjunto musical manifestasse este conflito, e foi justamente o que ocorreu poucos anos após sua ‘organização definitiva’.

Retornando ao momento de (re)criação do aludido conjunto musical, em 1928 foi publicado no jornal *O Exemplo* um artigo denominando “Jacobinismo Musical – sempre o maldito preconceito” onde realizava denúncias à Banda Municipal de Porto Alegre. A ‘nobre campanha’, denunciada inicialmente através do jornal *Diário de Notícias* e reproduzida nas páginas do jornal representante da imprensa negra, era contra o sistemático afastamento de músicos negros da referida banda. Conforme o articulista d’*O Exemplo*, a denúncia correspondia ao “singularismo absurdo de serem os nossos compatriotas, mormente os homens de cor, systematicamente afastados da celebre Banda Municipal que, num injustificável ‘jacobinismo’ transforma o Auditorium Araujo Viana num verdadeiro ‘Consulado Symphonico... Calabrez!’”³⁵

Por um lado o *Diário de Notícias* reivindicava que o Conselho Municipal de Porto Alegre tomasse medidas semelhantes a um projeto apresentado à Câmara dos Deputados na qual as casas comerciais não poderiam ter mais de um terço de empregados estrangeiros. Conforme a matéria deste jornal a medida visava talhar abusos frequentes no Rio de Janeiro de determinadas firmas estrangeiras que excluía os trabalhadores nacionais de seus quadros de funcionários³⁶. Direcionando a situação exemplar para o caso de Porto Alegre, a sugestão era de que ao menos um

³⁵ *O Exemplo*, 10.12.1928 – p.1.

³⁶ Conforme indicação do jornal *O Exemplo*, a matéria do *Diário de Notícias* foi vinculada em 06 de Novembro de 1928.



terço dos músicos da Banda Municipal seja constituído por ‘nacionais’. No entanto, para o caso de Porto Alegre foi ressaltado que tal medida não era para ser aplicada a estabelecimentos particulares ou nas casas de comércio, mas, sim, para uma corporação criada e mantida pela municipalidade local. A partir destas considerações o *Diário de Notícias* explicita:

Como é sabido, uma parte dos musicos brasileiros é daquela corporação systematica e deliberadamente excluida, pois que se não admite nella o acesso aos homens de cor. Estes poderá exercer, no Brasil, qualquer função, occupar qualquer cargo por mais elevado que seja. Pode haver homens de cor na alta magistratura e no parlamento, entre a officialidade das nossas instituições militares e no professorado das nossas escolas de ensino superior. Pode um homem de cor ascender a presidencia da Republica. Só não pode entrar a fazer parte da banda municipal de Porto Alegre, para a qual se importam do estrangeiro até os tocadores de bombo e tambor..³⁷

O jornal *O Exemplo*, por sua vez, louvava a iniciativa do *Diário de Notícias*, que ‘rompeu com energia o seu patriótico fogo contra esse inqualificável preconceito’, e anunciava sua participação nesta ‘nobre campanha’ realizada ‘com o mais seguro e justo dos criterios’, tendo em vista que a denúncia de práticas discriminatórias correspondia a “razão de sua existência, na justa defeza dos homens cujos direitos lhe incumbe sustentar”. Em sua arguição, o jornal *O Exemplo* optou por denunciar a indiferença do Intendente Municipal em aprovar tacitamente com o seu silêncio ‘esse atentado a nossa soberania de povo livre’ e destacou em sua argumentação as participações da população afro-descendente nas conquistas ‘civilizatorias’ para sua Pátria:

No entretanto, não só na musica como em todas as Artes, na Sciencia, na Industria e no Commercio; o Brasil tem assombrado o mundo com os seus grandes homens, os quaes, sem distincção de raças ou de origens foram, são e serão coeficientes maximos na conquista da civilisação. Deixando de parte as figuras legendarias do Barão de Cotegipe, João Alfredo, Marcilio Dias, José do Patrocinio e tantos outros, varões illustres, que tanto honraram a sua Patria, apezar de homens de cor, é de assignalar que por maior que sejam as aptidões musicaes do maestro Leonardi, elle não conseguirá apagar a gloria excelsa de Mendanha, Lino Carvalho, Lino Hermogenes, o velho João bandeira, Pedro Borges e tantos outros professores de musica que tanto honraram o Brasil e o Rio grande do Sul, seu berço amado!³⁸

A tônica da argumentação do articulista do jornal *O Exemplo* girava em torno da atuação de algumas pessoas ilustres, que ‘apezar de homens de cor’, realizaram importantes contribuições para desenvolvimento e honradez da nação. Se, por um lado, no primeiro momento foi salientada a participação nas áreas da ciência, indústria e comércio, em seguida foi destacada a atuação de alguns músicos, como os maestros Mendanha, Lino Carvalho, Lino Hermógenes, João Bandeira, Pedro Borges e ‘tanto outros professores de musica’, que tantas contribuições ofereceram à música

³⁷ *Diário de Notícias*, 06 de Novembro de 1928, citado por *O Exemplo*, 10.12.1928 p. 1

³⁸ *O Exemplo*, 10.12.1928, p.1.



local. Independentemente da origem étnica dos musicistas mencionados, fica claro a manifestação de aversão à predominância de estrangeiros na Banda Municipal, centralizados na figura do maestro italiano José Leonardi, e a inconformidade com o não reconhecimento das contribuições da população nacional. Neste direcionamento, o articulista menciona que “podem os privilegiados estrangeiros da Municipal, continuarem a ganhar, nababsicamente, o suor do Povo gaúcho, mas respeite-o como tem o dever indeclinável de fazel-o!”³⁹.

Esta campanha iniciada pelo Diário de Notícias, na qual O Exemplo tomou parte, desencadeia diversas considerações em torno das relações de trabalho, das relações inter-étnicas, da elaboração de diferentes identidades, das discussões sobre os direitos civis e sobre a participação da população negra na vida artísticas de Porto Alegre. No primeiro momento é ressaltada tanto a participação de músicos afro-descendentes na referida banda, na qual estavam sendo afastado, bem como o impedimento do ingresso de outros ‘homens de cor’ na mesma corporação. Este pequeno indicativo demonstra que a participação e atuação profissional de músicos negros dialogam com outras manifestações musicais que não estão vinculadas ao gênero popular. No segundo momento são relacionados alguns maestros de relevância para salientar a contribuição de musicistas negros no cenário cultural do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, do Brasil. Tendo em vista que grande parte da crítica estava direcionada à presença elevada de músicos estrangeiros na Banda Municipal, poderiam ser aqueles professores de música brancos, porém brasileiros. De qualquer forma, a importância recai em compreender porque foram referenciados. E, por fim, este processo de invisibilidade estava sendo combatido diretamente por segmentos da população afro-descendente reivindicando o reconhecimento de suas participações e de seus locais de referência, neste caso a própria Banda Municipal.

À guisa de conclusão, reiteramos que a situação em torno da (re)criação da Banda Municipal de Porto Alegre em 1925 evidencia, por um lado, como ocorreu um processo de invisibilidade da população afro-descendentes e, por outro, como esta construção identitária estava permeada de disputas. Embora tenha esta crítica já tenha sido realizada por diversos autores, acreditamos que esta comunicação apresenta contribuição ao debate por demonstrar que as mesmas instituições que foram usadas para fundamentar determinada identidade social guardam sua própria trajetória e podem ainda revelar muitas outras versões de uma mesma história.

³⁹ Ibidem.



Bibliografia:

- BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In.: PORTO ALEGRE. *Museu de percurso do negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira, 2010.
- CORTE REAL, Antonio. *Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul*. 2.ed.rev. Porto Alegre: Movimento, 1884.
- DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadno: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, v. 30, 2009.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre. Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2006.
- GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1999.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria do Globo, 1927.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 47, n.1, 2004.
- KERSTING, Eduardo. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a colônia africana*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1998.
- LIMA, Olímpio de Azevedo. *Dados estatísticos do município de Porto Alegre organizados em 1912*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912.
- _____. *Resultado do recenseamento da população e outros apontamentos do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1917.
- MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (PPGHIS/PUCRS), 2000.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUSC/ANPUH-RS, 2004.
- MULLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – *Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/PUCRS), 1999.
- OLIVEIRA, Márcia Ramos de. *Lupicínio Rodrigues: A cidade, a música, os amigos*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1995.



OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In.: LEITE, Ilka Boaventura (Org.) *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Letras Contemporâneas, Florianópolis, 1996

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da Cidade. In.: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. UE/Porto Alegre, 1995.

_____. Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, 1999.

PETRUCCELLI, José Luis. As doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930) Arthur de Gobineau e Louis Couty no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 7, dez. 1996.

ROSA, Marcus. V. F. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 2008.

SANTOS, Irene (org.). *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre : [s.n.], 2005. 181 p.

_____. *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

XAVIER, Regina Célia Lima. Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul. *História Unisinos*, v. 10, 2006.

_____. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. (Org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares da memória negras diaspóricas. *Anos 90*, v. 15, 2008.